

Empresários na busca do poder político: acordos e conflitos. Caxias do Sul, 1894-1935

Maria Abel Machado (USP, Brasil)

O município de Caxias do Sul surgiu a partir da imigração italiana promovida pelo governo brasileiro, no último quartel do século XIX, com a finalidade de povoar as terras devolutas do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Os primeiros imigrantes chegaram à região, em 1875 e passaram a ocupar os lotes rurais a eles destinados, com o objetivo de implantar uma experiência de minifúndios, onde a mão-de-obra devia ser livre. De conformidade com o modelo de colonização adotado para povoar a região, os imigrantes foram assentados com a finalidade de trabalhar a terra e produzir alimentos para abastecer o mercado interregional e interestadual. A administração pública cabia ao governo da Província, que mantinha os seus funcionários e colaboradores na região, representados pela Comissão de Terras e Colonização, para que houvesse ordem, harmonia e respeito à legislação vigente. Isso significava que os imigrantes deviam trabalhar e obedecer. O nível de exigência era tão rigoroso que para saírem da Colônia, precisavam de uma autorização do seu diretor, sob pena de serem enquadrados no regulamento que previa a perda dos direitos adquiridos, inclusive relativos à terra, sob a alegação de abandono da propriedade.

Em 1890, a Colônia Caxias, como era denominada, já contava com 16.000 habitantes e tinha se tornado num centro econômico ativo e próspero, demonstrando condições de se auto governar. Por outro lado, os problemas que o governo provincial vinha enfrentando com os diretores e funcionários da Comissão de Terras e Colonização levaram-no a decidir pela emancipação, que se deu a 20 de junho daquele ano. A administração foi entregue a uma junta governativa, constituída por Ângelo Chitolina, Ernesto Marsiaj e Salvador Sartori, depois acrescida de mais dois integrantes: Germano Parolini e Pedro Oddra, que ficou responsável pela organização do novo município.¹

A notícia da emancipação foi muito bem recebida pelos seus habitantes que festejaram o acontecimento durante três dias. No decorrer das festividades foram batizados os sinos da Catedral Diocesana e inaugurada a terceira exposição agro-industrial de Caxias, contando com a presença do Governador do Estado, General Cândido José da Costa, numa demonstração do prestígio e da importância que a região de colonização italiana gozava junto às autoridades estaduais, porque, segundo a sua ótica "*o desenvolvimento e intensidade da pequena lavoura, com a qual pode a província em futuro próximo prover-se de todos os cereais, com especialidade o trigo e exportá-los para o interior do país e do estrangeiro, depende do sucesso da imigração que recebemos atualmente*"²

A expectativa das lideranças políticas gaúchas sobre a população de imigração italiana foi além dos aspectos econômicos, passando pela a esfera da política partidária. O Partido Republicano Riograndense que, em 1892, assumiu o poder no Rio Grande do Sul, tinha como núcleo

¹ ADAMI, João Spadari. Historia de Caxias do Sul - 1864 a 1962. Caxias do Sul, São Miguel, 1962, p. 116 e 121.

de decisão parte dos fazendeiros e elementos da classe média urbana, mas precisava buscar uma ampliação social de suas bases, naqueles setores da sociedade gaúcha politicamente disponíveis, como era o caso da nascente burguesia da região colonial italiana, que por sua vez careciam de uma aliança com o poder político estadual para garantir o apoio necessário ao atendimento de suas reivindicações.

O crescimento da produção colonial era vista pelo governo como uma compensação, em termos econômicos, às dificuldades vivenciadas pelas charqueadas e pela criação de gado no final do século XIX, com o fim da escravidão, com a concorrência platina ao charque gaúcho e com os efeitos devastadores da Revolução Federalista. Assim, para melhorar as condições de produção e comercialização da região colonial, inúmeras medidas de ordem estrutural foram tomadas pelo governo de Júlio de Castilhos, como a construção de linhas telegráficas, para as localidades de Caxias, Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves, a reorganização da Secretaria de Obras Públicas que passou a ser vinculada à Diretoria de Terras e Colonização, responsável pela administração das terras públicas e dos serviços de colonização, transferidos do governo central para a esfera do governo estadual. No setor de transportes, o governo gaúcho encaminhou um pedido ao governo central, para o prolongamento da estrada de ferro Porto Alegre-Novo Hamburgo para o restante da zona colonial, fazendo uma referência especial às colônias italianas: “(...) *conhecendo o progressivo desenvolvimento de Bento Gonçalves, Caxias, Alfredo Chaves, Antônio Prado, bem como a crescente produção, proclamam a impreterível necessidade de lhe ser proporcionado meio de transporte rápido e econômico por aquela via (...)*”.³

O entusiasmo de Júlio de Castilhos com a região de colonização italiana, foi demonstrado em inúmeras oportunidades, como na mensagem enviada à Assembléia de Representantes, em 1896, quando se referia ao colono como “excelente elemento”, “adaptado” aos hábitos do Rio Grande, “trabalhador e ordeiro” e na visita feita a Caxias em 1895, quando lhe deu a denominação de “Pérola das Colônias”.

A produção vinícola mereceu também uma atenção especial, através da distribuição aos produtores rurais, de bacelos de vinhas selecionadas e importadas do exterior, buscando a melhoria da qualidade das uvas e do vinho produzido. Foi criado também, em 1899, o primeiro Laboratório Enológico Riograndense, junto a Estação Agronômica Experimental. Já na Exposição de Porto Alegre, realizada em 1901, a zona colonial italiana destacou-se com a produção de vinho, através de um número significativo de expositores. Caxias, na oportunidade, foi distinguida com a denominação de grande centro produtor de vinho e contou com a participação de 30 expositores, entre os quais figuraram os nomes de Antônio Pieruccini, José Andrezza, Angelo Chitolina e Aristides Germani.

O vinho que era produzido na região colonial italiana, antes da construção da estrada de ferro, inaugurada de 1910, era transportado até Montenegro e São Sebastião do Caí nos carroções

² Mensagem do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Joaquim Galdino Pimentel. 1889. Porto Alegre, O Conservador, 1889, p. 6. citado por PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: Agropecuária Colonial & Industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 27.

³ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, ao governo central. 1895, citado por PESAVENTO, *ibid*, p. 28.

puxados por animais e seguia pelo Rio Caí até Porto Alegre, de onde era enviado a São Paulo, que garantia um mercado consumidor importante para o produto, formado principalmente pelos imigrantes italianos que trabalhavam nas lavouras de café. É oportuno registrar que alguns produtores e comerciantes de vinho, como Antônio Pieruccini (1898) e Abramo Eberle (1901), desafiaram as dificuldades da época e procuraram eliminar os intermediários, no caso, os comerciantes teuto-brasileiros, levando o vinho diretamente a São Paulo, no lombo de burros.

Como se pode observar neste breve relato, o governo do Rio Grande do Sul estava empenhado em proporcionar as condições para que o projeto de colonização da região Nordeste do Estado fosse bem sucedido e cumprisse as finalidades a ele atribuídas. Por sua vez, a população imigrante teve de enfrentar todas as dificuldades decorrentes do recomeço numa terra estranha, onde tudo deveria ser feito, a começar pela derrubada da mata virgem e o amanho da terra que pela primeira vez era tocada por mãos humanas.

Depois de vencidas as primeiras dificuldades e colhidos os primeiros frutos da terra, responsáveis pela subsistência das famílias nela estabelecidas, começam a surgir as sobras das colheitas, formando os primeiros excedentes que passaram a ser comercializados na praça da Vila e com os vizinhos dos Campos de Cima da Serra. Logo os excedentes cresceram e alcançaram os comerciantes de São Sebastião do Caí e Montenegro que já tinham seus canais de comercialização formalizados com os mercados da capital do Estado, tornando-se assim os intermediários na circulação e no escoamento da produção agrícola e agro-industrial da Colônia Caxias.

Em 1884, o primeiro Cônsul italiano que visitou a Colônia Caxias, Pascale Corte, já deixou demonstrada a admiração pelos resultados do trabalho de seus compatriotas: *“a agricultura é e será sempre a base da riqueza de nosso colono. O fomento nos terrenos recém desmatados permite um produto extraordinário, ou seja, 80 vezes a semente, enquanto que nos outros conseguem apenas 25 a 30 (...). A abundância dos alimentos é tanta que se dá como parte para os animais. O vinho se oferece em quantidade aos visitantes, sempre gratuitamente. A abundância do alimento e do vinho e o ar salutar produzem por consequência bens naturais, isto é, ânimo jovial, força robustez e longa vida”*.⁴

Para que fosse assegurada a eficiência do sistema produtivo da Colônia, um grupo de comerciantes assumiu a responsabilidade da circulação das mercadorias, monopolizando o transporte até os armazéns dos comerciantes teuto-brasileiros. Dessa forma, os produtores rurais foram obrigados a entregar seus produtos aos comerciantes locais, que montaram a estrutura necessária para a sua comercialização. Através da Estrada Rio Branco, única via de comunicação com os portos do Rio Caí, era feito o transporte em pesados carroções puxados por animais, que garantiam a chegada dos produtos ao seu destino, a despeito de todas as dificuldades impostas pela estrada mal conservada e pelos perigos que oferecia, decorrentes da sua topografia.

A nova atividade permitiu que se formasse uma elite de comerciantes que, graças à sua supremacia econômica, garantida através do monopólio dos transportes e do controle do crédito, passou a regulamentar a produção agrícola, estabelecendo os preços dos produtos e a oportunidade

⁴ CORTE, Pascale. Le colonie agricole italiane della Província di Rio Grande del Sud del Brasile. All esposizione di Torino. Montevideo: Estamperia della Nacion, 1884, p. 59.

de sua produção. A “venda” ou “casa de negócios” se tornou o ponto mais importante da economia colonial, onde o produtor rural deixava seus produtos para serem comercializados, ao mesmo tempo que se abastecia das mercadorias que não produzia.⁵ Era mantido um sistema de crédito através de “cadernetas” onde ficava anotado todo o movimento da compra e venda dos colonos durante o ano, favorecendo sempre os proprietários das casas comerciais; as contas dos colonos aumentavam e os comerciantes enriqueciam. Assim, o excedente agrícola passou a criar “a condição básica da aglomeração de indivíduos dedicados de forma permanente a atividades não agrícolas”.⁶

Nas relações estabelecidas entre produtor rural e o comerciante pode-se ainda observar que o custo da mão-de-obra familiar não era incluído no custo da produção, medida que se tornava vantajosa para o comerciante. O produtor era assim, obrigado a vender os seus produtos abaixo do custo, premido pela necessidade de gerar o sustento da família, ao mesmo tempo que era levado a aumentar a produção sem gerar mais recursos. O Cônsul italiano Humberto Ancarini, depois de uma visita feita à região de Caxias, em 1905, observou que: “em muitas famílias de colonos, especialmente nas linhas mais distantes do centro, quando sobra alimentos falta completamente todo o resto, então os pais e os filhos ficam assim tão mal, que parecem mendigos (...). O colono é obrigado a vender por um preço irrisório os seus víveres aos negociantes, que exigem que os colonos recebam em troca os seus produtos de consumo. Este sistema de escambo - dito troca - priva os colonos de recursos pecuniários”.⁷ E mais adiante reforça: “somente 5 ou 6 pessoas conseguiram acumular um capital de 150 mil liras. A maioria tem tudo o que precisa em abundância, o que não traz vantagem alguma, porque não tem para quem vender a não ser para o comerciante, que avilta os preços”.⁸

O incremento do comércio permitiu o surgimento de um grupo de empresários que assumiu a liderança econômica do município, empenhando-se para que os problemas que vinham enfrentando no desenvolvimento de seus negócios, tivessem solução e as atividades mercantis pudessem seguir o fluxo normal. A abertura e a melhoria de estradas tanto na sede como no interior, a necessidade de ligação com a capital por via férrea, a instalação do telégrafo e de telefones e a melhoria do serviço postal, entre outros, eram alguns dos assuntos abordados nos requerimentos para o poder público e que se amontoavam nas gavetas dos seus gabinetes.

Na campanha eleitoral de 1897, que pretendia conduzir o desembargador Antônio Borges de Medeiros ao governo do Estado, todas essas questões eram mencionadas como prioridades para o município de Caxias. O Intendente José Cândido de Campos Júnior, do PRR, mandou distribuir uma circular à comunidade caxiense, concitando os eleitores a sufragar o nome do “do digno candidato, não só porque é merecedor dos votos de seus concidadãos, mas também

⁵ As casas de negócios, ou vendas, denominação dada aos estabelecimentos comerciais na zona colonial italiana, foram descritas pelo Cônsul italiano Humberto Ancarini como “casas comerciais onde se vende tecidos, quinquilharias, ferramentas, licores, bebidas, produtos alimentícios, etc. Caxias tem 318 desses negócios. Na sede são 45. A primeira casa de negócios foi aberta ao público em 7 de setembro de 1877, é do senhor Felix Laner, ex-brigadeiro dos reais caribineiros italianos”. In: Relatório nº 19, de 1905.

⁶ SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 43.

⁷ ANCARINI, Humberto. *Bollettino dell’imigrazione*. Anno 1905, Roma: Tipografia Nazionale di G. Bertero, p. 12. citado por MACHADO, Maria Abel. *Caxias do Sul: Poder público e interesses sociais na ocupação do espaço urbano - 1875/1950*. Tese de doutorado, defendida em dezembro de 1999, na Universidade de São Paulo.

⁸ Ibid.

*porque deve o eleitorado manifestar a sua gratidão ao governo republicano pelos assinalados e inolvidáveis serviços prestados a este município. O telégrafo, a próxima criação da Comarca de Caxias, a grande despesa com a Estrada Rio Branco, a estrada da 1a. Léguas já orçada em 70 contos de réis, e sobretudo, o prolongamento da via férrea de Novo Hamburgo a esta Vila são motivos de ordem elevada que devem atuar poderosamente no ânimo do eleitores patriotas para que compenetrando-se do dever cívico, não deixem de comparecer às urnas, mostrando assim o seu interesse pelo progresso deste florescente, próspero e futuroso município”.*⁹

A despeito das promessas eleitorais, a morosidade no atendimento das reivindicações dos empresários e o descaso com que eram tratados, levou-os a entender que o momento exigia a sua organização em uma entidade representativa que pudesse congrega a todos de forma a uni-los para o fortalecimento como grupo dominante. De acordo com a narrativa de um dos fundadores da Associação dos Comerciantes, Annuncio Ungaretti, “...eles não eram ouvidos. O Intendente e o Conselho Municipal faziam e desfaziam. Reclamavam os comerciantes individualmente e a resposta, se cortês, era o silêncio. Se descortês, era o riso. E se impublicável, uma gargalhada. Fundaram uma sociedade. E não era apenas uma entidade classista. Idealizaram-na com horizontes largos (...). Não representavam apenas a ‘Villa’. Havia os de Nova Vicenza e Nova Trento. O Município vastíssimo, todo, tinha voz e voto”.¹⁰

Assim, em 8 de julho de 1901 foi fundada a Associação dos Comerciantes, em assembléia geral convocada com essa finalidade, onde foram aprovados os seus estatutos e eleita a primeira diretoria, presidida por Victor Bersani, líder comunitário que atuava no ramo da hotelaria. A nova entidade procurou plasmar o seu trabalho com base na união dos diversos setores produtivos, buscando, através da intermediação e agindo em nome de seus associados, interferir no curso dos processos decisórios das questões consideradas essenciais para o desenvolvimento das atividades econômicas do município.

Uma das preocupações do empresariado caxiense estava ligado à cobrança dos impostos que causou sérios problemas às autoridades municipais desde os primeiros dias de sua administração, porque os contribuintes não concordavam com as altas taxas e com a forma como vinha sendo feita a cobrança. O assunto foi levado à Associação que formou uma comissão para tratar do impasse junto ao Intendente José Cândido de Campos Júnior.¹¹

A despeito da cordialidade e da boa vontade dos integrantes da comissão, o encontro não teve a receptividade esperada porque o Intendente se negou a reconhecer o caráter jurídico da Associação e fez severas restrições à presença na comissão de Mário Marsiaj, por ser estrangeiro. Na realidade, havia um preconceito declarado contra o imigrante italiano que era visto pelos luso-brasileiros como “gente pobre e ignorante”, que veio para ocupar os espaços vazios do território riograndense, desprezados pelos fazendeiros e criadores que compunham a elite gaúcha.

⁹ Ofício do Intendente ao PRR, de 27 de dezembro de 1893. Coleção João Spadari Adami, acervo do AHMCS.

¹⁰ GARDELIN, Mário. Os comerciantes, crônica publicada no jornal *Pioneiro* em 04/07/1997, onde transcreve o relato de Júlio Ungaretti, que contava o que ouviu de seu pai Annuncio Ungaretti, um dos fundadores da Associação dos Comerciantes de Caxias.

¹¹ MACHADO, Maria Abel. Caxias do Sul: poder público e interesses sociais na ocupação do espaço urbano - 1875/1950. Tese de doutorado defendida em dezembro de 1999, na Universidade de São Paulo, p. 129.

A comissão insistiu em discutir o assunto dos impostos, mas o Intendente, irritado, negou-se a fazê-lo a ameaçou demitir o subdelegado de polícia por ser parente de integrantes da Associação, encerrando a reunião sem qualquer possibilidade de diálogo. As desavenças continuaram a ponto de exigir da Associação uma atitude mais drástica, levando o assunto ao conhecimento do governo estadual. Mas a situação se agravou quando os ataques passaram a ser feitos em nível pessoal, através de artigo publicado no jornal *Independente*, onde o chefe do executivo local desacatou a pessoa do presidente da Associação. A reação da entidade de classe foi imediata através de matéria publicada nos três principais jornais da capital, a *Federação*, *Correio do Povo* e *Stella D'Itália*, tornando público o conflito que vinha existindo com o Intendente Campos Júnior.¹²

Os desentendimentos e as desavenças entre os imigrantes e as autoridades municipais se deram também no campo ideológico, provocando atos de violência de ambos os lados como ocorreu no confronto entre o vigário da Vila, padre Pedro Nosadini e o Intendente José Cândido de Campos Júnior, culminando com o atentado contra o intendente, ocorrido em 24 de março de 1898.

Os imigrantes, na sua quase totalidade, professavam a fé católica e eram fervorosos defensores da Igreja como instituição. Ao chegarem na nova terra, fizeram da religião o elemento de identificação e de ligação entre as diversas comunidades que foram se formando. A fé católica deu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar individual e coletivamente uma nova vida. A forte convicção religiosa os alimentou e os defendeu contra os obstáculos que tiveram de enfrentar. O padre representava a maior autoridade, pois ele estava sempre ao lado do povo, falava a sua linguagem e estava presente nos momentos mais difíceis, vivendo os problemas de cada um e de todos.

As autoridades locais e os representantes do governo estadual, em sua maioria eram maçons e, como tal, na época, eram vistos como inimigos da Igreja. Representavam também o “poder” nas mãos de elementos “estranhos” que detinham a autoridade e conseqüentemente, a faculdade de tomar decisões, independentemente da participação ou não das lideranças constituídas pelos imigrantes.¹³

As novas exigências com o trabalho obrigatório dos proprietários dos lotes rurais, na construção e recuperação das estradas, também vinha desgostando a população atingida, que se via obrigada a abandonar sua propriedade, deixando-a aos cuidados das mulheres e crianças. A política e o racismo se somavam à lista dos assuntos que provocavam conflitos entre as autoridades constituídas e os imigrantes italianos. Um episódio ocorrido com o Vice-Intendente, Alorino Machado de Lucena, deixou evidenciado o racismo existente entre os dois grupos. De acordo com o seu pedido de demissão do cargo, não conseguiu conviver com as diferenças existentes: *“Demito-me porque percebo claramente que a qualidade de ser eu brasileiro nato angaria-me antipatias de muitos de outra origem”*.¹⁴

Com a inauguração da estrada de ferro, em 1910, ligando Caxias a Porto Alegre, intensificou-se o comércio, agilizando o escoamento da produção, ao mesmo tempo que foram

¹² Ibid., p. 131.

¹³ Ibid., p. 116.

eliminados os intermediários teuto-brasileiros. Os negócios passaram a ser feitos diretamente com os comerciantes da capital do Estado, onde foram instalados inúmeros depósitos de empresários caxienses. A agricultura colonial se transformou assim, em um dos elementos fornecedores do capital comercial, possibilitando que, através da acumulação, os novos investimentos fossem direcionados para a indústria. O recenseamento realizado pela Intendência municipal revelou no mesmo ano, que Caxias possuía 235 indústrias e 186 casas comerciais.

O crescimento econômico possibilitou o fortalecimento das lideranças e de sua entidade representativa, de modo a estabelecer as normas e as regras de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, de interferir na construção de pontes e estradas, alterando traçados e decidindo rotas. Em 1912, assumiu a Intendência o Cel. José Penna de Moraes que governou o município de Caxias até 1924, com algumas pequenas interrupções.

O período caracterizou-se como o primeiro momento de entrosamento do poder público municipal com as “classes produtoras”, porque a preocupação do Intendente esteve sempre centrada no desenvolvimento da economia local, através do apoio às atividades produtivas e ao estímulo à diversificação de culturas. Teve um papel decisivo na questão do vinho, a partir da crise que iniciou em 1911. Para ele *“a vida administrativa propriamente, torna-se, por tal forma, inseparável da existência econômica; quem cogitar de um aspecto desprezando o outro, importa no desempenho incompleto do cargo administrativo local. É mister, portanto, amparar e desenvolver as fontes existentes de produção, incrementar as que nascem, estimulando, simultaneamente, a formação de novas indústrias ou culturas que forem também contribuir para o aumento da riqueza pública”*.¹⁵

O governo de Penna de Moraes pode assim ser assinalado como o início de uma nova era para o município de Caxias, porque permitiu que a economia se organizasse de forma a favorecer os donos do grande capital em detrimento dos pequenos produtores rurais, especialmente no setor vinícola, onde uma parcela significativa da elite regional estava procurando resguardar a sua estabilidade, já que vinha contribuindo significativamente na pauta das exportações do Estado, pois de 638.992\$110 em 1909, o vinho rendera 1.63.583\$110 em 1913. A modernização das pequenas empresas domésticas do setor, como queriam os defensores das cooperativas de pequenos produtores, viria ferir os interesses dos comerciantes fabricantes, anulando o papel de intermediação desses grupos, bem como, o controle que exerciam sobre a produção doméstica.

Com o término do período de Penna de Moraes, o governo do Estado passou a se preocupar com a escolha do novo Intendente, porque precisava garantir a harmonia e a tranquilidade já conquistadas. A escolha recaiu sobre Celeste Gobbato, de nacionalidade italiana, técnico especializado em viticultura e enologia e que veio para o Brasil a convite do Governo gaúcho como professor do Instituto de Agronomia e Veterinária.

O novo Intendente que foi indicado para o período de 1924/1928, encontrou uma cidade carente de infra-estrutura e com falta de recursos financeiros para atender as necessidades de investimentos. A população urbana que em 1900 representava 10% da população do município, em

¹⁴ Ibid., p. 133.

¹⁵ Ibid., p. 150.

1920 deu um salto para 54,3%, motivada pelo crescimento das indústrias, cujo incremento se deu a partir da Primeira Guerra Mundial com a política de substituição das importações.

O novo Intendente foi obrigado a buscar saídas corajosas e criativas que se traduziram na concretização de inúmeros projetos como os da ampliação do abastecimento de energia elétrica, a construção da primeira hidráulica municipal, a saúde pública, a educação, a recuperação e a construção das estradas. Durante o seu governo foi realizada a Exposição Municipal Agrícola, Industrial e Artística, comemorativa ao 50º aniversário da imigração italiana e da fundação de Caxias do Sul, (1925), onde estiveram presentes as maiores empresas do município, deixando evidenciado o seu crescimento, com destaque para os setores da viticultura, metalurgia, tecelagem, madeira e alimentação.

O Intendente Celeste Gobbato, identificou-se de imediato com a elite local, junto à qual passou a exercer uma liderança significativa. Era o parceiro de que necessitavam para dar andamento aos seus projetos econômicos e políticos. Além de ser dotado de uma considerável cultura e de conhecimentos técnicos na área da vitivicultura, tinha muito prestígio junto ao governo estadual, ao Partido Republicano Riograndense e às próprias autoridades italianas. Na sua fala de despedida do cargo de Intendente, deixou evidenciada a missão que lhe havia sido confiada, ao ser indicado para o mesmo: *“De acordo com as sábias instruções do preclaro Chefe, procurei sempre tudo envidar para conseguir o íntimo congraçamento de todas as magníficas energias humanas deste município, procurando o apaziguamento e a aproximação com os adversários do Partido Republicano, mantendo com eles as melhores relações”*.¹⁶

Transcorridas as primeiras três décadas de existência da Associação dos Comerciantes, a entidade já demonstrava a sua solidez, conceito e prestígio tanto junto às autoridades regionais e estaduais, como no seio da comunidade caxiense. Sua atuação se dava em todas as áreas, procurando estabelecer normas e critérios condizentes com a ordem e a harmonia que eram necessárias para o bom andamento das atividades produtivas. Foram definidas regras de defesa dos comerciantes varejistas contra os “maus pagadores”, com a criação de um regulamento para nortear as vendas a crédito e contra o “comércio clandestino” e a “concorrência desleal”, tudo com a finalidade de *“...zelar pelos interesses comuns”*,¹⁷ regulamentando as relações que se estabeleciam entre os diversos setores envolvidos. Mas suas conquistas iam além da esfera empresarial, interferindo, como já foi dito, no traçado de estradas, na construção de pontes, na melhoria dos transportes e das comunicações, assim como, na busca da ampliação de faixas de crédito e na instalação de casas bancárias.

A administração pública municipal, contudo, permanecia nas mãos de políticos vindos de fora e da confiança do governador do Estado e do PRR, como ocorreu com o substituto de Celeste Gobbato, o nordestino Thomas Beltrão de Queiroz, indicado para o período de 1928/1932.¹⁸ Essa conquista se deu em 1935, quando finalmente foi selada a aliança das elites empresariais com o

¹⁶ Relatório do Intendente Celeste Gobbato (1924-1928) Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1928, p. 110. Arquivo particular de Celso Gobbato.

¹⁷ MACHADO, p. cit. p. 144.

governo estadual, conquistando o governo municipal, com a indicação de Dante Marcucci, para a Prefeitura de Caxias do Sul, membro atuante da Associação dos Comerciantes e que tinha sido seu presidente. De uma lista de sete nomes de membros do partido governista e de escolha das lideranças locais, encaminhada ao Governador Flores da Cunha, foi indicado para o período de 1935/39, mas com o Estado Novo permaneceu no cargo até 1946. Durante o seu governo, foram realizadas inúmeras obras de fundamental importância para o desenvolvimento da cidade e do município, entre as quais destaca-se a construção da Estrada Federal BR-116, ligando Caxias do Sul à capital do Estado e aos demais Estados da Federação, por via rodoviária.

¹⁸ Na relação dos intendentos temos alguns que faziam parte da comunidade caxiense, como foi o caso de Miguel Muratore e Vicente Rovea, que foram indicados para o cargo de vice-intendentes e no impedimento do titular tiveram de assumir a Intendência.